

## TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PÚBLICO PARA SETOR PRIVADO: A “BOLSA” UNIVERSITÁRIA EM GOIÁS

**Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás – Brasil  
mcristinadm@yahoo.com.br

**Lucia Helena Rincon Afonso**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás – Brasil  
[luciarincon@gmail.com](mailto:luciarincon@gmail.com)

### Introdução do Problema

Este artigo é resultado dos estudos realizados na Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem por objeto de estudo o Programa de Bolsa Universitária em Goiás- PBU, enquanto política de acesso ao Ensino Superior em Goiás.

A luta por políticas públicas de financiamento para a educação, ou seja, para a universidade brasileira instituição criada tardiamente e, segundo Cunha (1980), temporã, constituída desde a primeira metade do século XX, expandiu-se historicamente, via setor privado.

No Brasil, contamos na atualidade com alguns programas de financiamento e bolsas de estudos para o Ensino Superior. No Estado de Goiás temos o Bolsa Universitária vinculado à Organização de Voluntárias do Estado de Goiás -OVG. Este programa, em um primeiro momento, mostra-se insuficiente para atender a demanda da classe dos trabalhadores, pelo pequeno impacto que causa no orçamento destes estudantes, uma vez que o valor do benefício, na maior parte dos casos atendidos, não cobre a totalidade das mensalidades.

Torna-se importante acompanhar estes dados e analisá-los considerando as contradições postas pelas políticas públicas, quando a transferência dos recursos públicos para a iniciativa privada apresenta-se como uma vitória da política neoliberal, contrariando os publicistas pois “[...] muitos educadores e entidades comprometidos com a causa dos publicistas sentiram-se derrotados perante outras disposições da Constituição referentes às concessões ao ensino privado” (LERCHE, 2010, p,82).

O estudante de um curso superior tentando formar-se para o enfrentamento do mundo do trabalho precisa de dedicação, de envolvimento, de presença. Para que este trabalho ocorra há diversas etapas a serem cumpridas e todas elas necessitam de tempo. Mediante esta análise este estudo intenta

conhecer as condições concretas de formação no curso de Pedagogia, dos estudantes que necessitam de auxílio para o acesso e permanência no Ensino Superior. A questão que levantamos é qual o impacto gerado pelo PBU na formação dos estudantes e se esta política pública de financiamento tem permitido o acesso, permanência e conclusão com sucesso destes alunos. Trabalhamos com a modalidade de pesquisa quantiqualitativa e empírica, técnicas investigativas como pesquisa bibliográfica, documental e questionários.

### **Desenvolvimento**

O programa de Bolsa Universitária é gestado pela OVG e destinado a estudantes do ensino superior, matriculados em universidades privadas. Para serem contemplados com a bolsa, os acadêmicos devem ser aprovados no processo seletivo realizado. Referente ao aspecto socioeconômico é admitido o estudante pertencente ao grupo familiar que não possua mais de um bem imóvel e renda bruta mensal de até seis salários mínimos para a Bolsa Parcial e três salários mínimos para a Bolsa Integral.

As bolsas integrais podem variar o custo de R\$400,00 a R\$580,00 reais. Deve-se ressaltar que o valor limite concedido durante o processo de seleção, permanece fixo, caso haja aumento na mensalidade do curso, esta diferença não será coberta pela bolsa. O valor pode sofrer descontos, segundo o desempenho acadêmico. O beneficiário da Bolsa Integral deverá manter um desempenho acadêmico de 80% em cada semestre, sem reprovação, para garantir o benefício, caso contrário será migrado para Bolsa Parcial. O beneficiário da Bolsa Parcial receberá inicialmente 80% do valor da mensalidade, limitado a R\$ 300,00. Nos semestres seguintes, o valor do benefício pode aumentar ou diminuir, da seguinte forma: média 8,5 - 80% até R\$ 500,00; média de 7,0 a 8,4 -70% até R\$ 400,00; média até 6,9 - 60% até R\$ 300,00; reprovado em 01 disciplina - 60% até R\$ 300,00 (OVG, 2016).

No ano de 2015, a OVG destinou para o PBU R\$82.087.883,01. De julho a dezembro de 2015, o PBU realizou despesas no valor de R\$37.337.482,52, para um total de 20.502 beneficiários, sendo a maior parte na modalidade Parcial II (R\$400,00). Chamou-nos atenção as "despesas administrativas", R\$1,100 milhão, quase 40% dos valores realizados para a bolsa integral (OVG, 2015).

Como requisito de manutenção da bolsa universitária, os acadêmicos contemplados deverão desenvolver atividades em órgãos, entidades e instituições, ou em projetos de pesquisas, indicados pela OVG. O beneficiário também pode cumprir a contrapartida na modalidade de doação de sangue próprio ou de doadores por ele indicados, em bancos de sangue devidamente cadastrados no Programa, além da realização de cursos – presenciais ou à distância – direcionados pela própria OVG.

Dos 694 alunos matriculados no curso de Pedagogia da PUC-Goiás, em 2015/2, 202 eram beneficiários do PBU o que representa 29,1% do total de matrículas. Fizeram parte desta pesquisa 36 alunos do curso de Pedagogia, 18% dos beneficiários. Foi aplicado um questionário contendo 21 questões

agrupadas em quatro dimensões: Perfil dos estudantes, aspectos econômicos, aspectos relacionados ao curso de Pedagogia e a relação entre formação e “Bolsa” OVG.

Pudemos concluir em relação ao perfil dos sujeitos desta pesquisa é que são majoritariamente do sexo feminino, casados, com um ou dois filhos e que realizaram a escolarização básica em instituição de caráter público.

Entre os pesquisados podemos afirmar que a maioria é trabalhador-estudante, pois 86% realizam atividades remuneradas e apenas 14% não realizam. Referente à jornada de trabalho, 71% trabalham 6 horas ao dia, ou seja, trabalham um turno e estudam em outro turno. Já 16% possuem a jornada de 8 horas diárias, o que corresponde a dois turnos de trabalho e um de estudo. Apenas 13% dedica 4 horas de trabalho. Estes dados revelam a permanência de uma realidade identificada em pesquisa anterior por Mesquita (2010).

Não realizam contrapartidas 8% dos entrevistados, por terem deficiência; 50% pagaram as suas horas exigidas pela contrapartida, através do combo, ou seja, combinação de cursos, disponibilizado pela OVG, serviço social e doação de sangue. De maneira contraditória, observa-se que essa opção de contrapartida não está diretamente ligada ao campo em que o beneficiário realiza o Ensino Superior. Significa dizer que um aluno que está matriculado em um curso de formação de professores pode optar por uma contrapartida na área da saúde, assistência social entre outras. A pesquisa revelou que 35% realizam as suas contrapartidas no serviço social e, a maioria das vezes, essas atividades são realizadas em entidades religiosas.

O não acompanhamento destas contrapartidas e a inobservância em relação aos objetivos dos cursos dos beneficiários permitem-nos afirmar que não houve preocupação em articular a permanência no Ensino Superior e a qualidade da formação, pois as horas da contrapartida não contribuem, necessariamente, com a formação acadêmica dos beneficiários na especificidade de sua área de formação.

### **Conclusão**

A discussão que esta pesquisa nos proporciona é em relação às condições de acesso, permanência e formação dos trabalhadores-estudantes que necessitam de políticas públicas para minimizar as diferenças socioeconômicas, que no Brasil são gritantes, além da clara tendência neoliberal em propiciar condições para o funcionamento de escolas privadas, em detrimento das públicas.

A grande temática se concentra na ideia falseada de que o PBU irá beneficiar o estudante de forma a garantir condições econômicas satisfatórias para a sua formação. Estas condições não estão garantidas pela forma como o Programa foi elaborado.

Outro aspecto que analisamos refere-se à forma do pagamento da bolsa pelos estudantes. O próprio fato da obrigatoriedade do pagamento já descaracteriza o sentido de bolsa de estudos.

Acrescenta-se a este a não relação entre o tipo de contrapartida e o curso de formação. O que poderia ser uma possibilidade de agregar experiências acadêmicas é desconsiderado no processo de formação do estudante. Neste sentido, pode-se dizer que o PBU é uma política pública de governo com transferência de recurso público para o privado.

### Referências

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior – da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

LERCHE, Sofia Vieira. O Público e o Privado na Educação: Cenário pós- LDB. In: BRZEZINSKI, Iria. **LDB Dez Anos Depois: Reinterpretação Sob Diversos Olhares**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 77 a 98.

MESQUITA, Maria Cristina Dutra. **O Trabalhador Estudante do Ensino Superior Noturno: Possibilidades de Acesso, Permanência com Sucesso e Formação**. Goiânia, 2010. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

OVG. Organização das Voluntárias de Goiás. **Edital nº 1, de 31 de março de 2016**. Programa Bolsa Universitária – PBU. Processo Seletivo 2016/1. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2016-04/edital-pbu-2016>>

\_\_\_\_\_. **Relatório Circunstanciado julho a dezembro de 2015**. Disponível em: <<http://ovg.org.br/post/ver/207325publicacoes>>.